

AFROS & AMAZÔNICOS



O JAGUNÇO DAS LAVRAS DIAMANTINA: BRAVURA E DESTEMOR EM MONTALVÃO, DE AMÉRICO CHAGAS

*The Lavras Diamantina's Gunman: Bravura and Fearlessness in
Montalvão, by Américo Chagas*

*Fernando da Silva Monteiro**

Resumo: O presente trabalho traz um estudo sobre a representação do jagunço na obra “Montalvão”, de Américo Chagas. Apresenta breves dados biográficos do autor e, em seguida, debate o conceito de jagunço a partir das formulações de Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, além de se apoiar no aporte teórico de Lília Moritz Schwarcz, Mariza Côrrea e Ricardo Ventura Santos como forma de pontuar estes dois intérpretes do Brasil, em suas definições sobre a figura do jagunço. Em seguida, discute a noção de mestiço sertanejo, comumente apresentada como o jagunço. Apresenta também a definição de jagunço das Lavras Diamantina trazida por Claudionor de Oliveira Queiroz e por fim, esboça um perfil da figura do jagunço Montalvão a partir da narrativa homônima de Américo Chagas. Este artigo se apoiou em revisão bibliográfica dos autores citados.

Palavras-chave: Jagunço; Sertanejo; Américo Chagas; Montalvão; Chapada Diamantina.

Introdução

“O sertanejo é, antes de tudo, um forte”. Esta célebre frase do escritor, jornalista e professor Euclides da Cunha, que abre o capítulo 3 da parte 2, “O homem”, da obra “Os Sertões” será um mote para a investigação sobre a descrição/representação do sertanejo no interior baiano no presente artigo. Os *Sertões* pode ser considerado como o principal documento de testemunho da Guerra de Canudos – que opôs “civilização” e “barbárie”, como se compreendia o contexto dos valores e da política na recém fundada República Federativa do Brasil. O jagunço que habitou a região da Chapada Diamantina¹, a partir da leitura

* Professor substituto da Universidade do Estado da Bahia – UNEB / DCHT XXIII, e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento (UNEB/UFBA).

1. A Chapada Diamantina, região localizada no centro geográfico do estado da Bahia, apresenta-se como um planalto extenso, com área de aproximadamente 38 mil quilômetros quadrados. Este planalto é um prolongamento da Serra Geral ou Serra do Espinhaço que se estende a partir de Minas Gerais, cruzando o interior baiano. A Chapada Diamantina durante muito tempo designou apenas a região específica das

da obra “*Montalvão*”, de Américo Chagas, é representado numa “epopeia cabocla”, no dizer de Fernando Whitaker da Cunha. Narrada nas “Troias caboclas”, os “prelúdios de Canudos”, cujo personagem principal – Montalvão – “é o prefácio do Conselheiro”. Assim está registrado na segunda orelha do livro, escrita por Martinho Lutero dos Santos.

O objetivo central do presente trabalho não é o de buscar uma correspondência entre a obra “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, com “Montalvão”, de Américo Chagas, mas, a partir da imagem do jagunço construída por Euclides da Cunha, discutir Montalvão, personagem histórico que habitou as paragens da região da Chapada Diamantina, se envolvendo nas lutas de coronéis locais, trazido a lume por Américo Chagas em sua obra homônima.

Lavras Diamantinas, localizada na Serra do Sincorá, correspondente aos atuais municípios de Mucugê, Andaraí, Lençóis e Palmeiras, onde a exploração do diamante e do carbonato se deu de forma significativa em meados do século XIX. Atualmente, compreende um território de identidade formado por 24 municípios.



Américo Chagas e a ausência de uma biografia

O médico Américo Chagas (1905-1975), autor de “Montalvão”, carece de uma biografia que esteja à altura do que este escritor representa para a região onde nasceu e lhe serviu de matéria de pesquisa e escrita. Baiano da região das Lavras Diamantina², nascido no povoado de Campos de São João, em Palmeiras, e atuando como médico em Wagner-BA, cidade fundada por missionários presbiterianos vindos dos Estados Unidos, Américo Chagas pode ser considerado como um dos principais cronistas da região da Chapada Diamantina.

Estudou os primeiros anos em sua terra natal, seguindo depois como interno para a cidade de Wagner, lugar que floresceu em função da anteriormente mencionada missão presbiteriana no interior da Bahia, onde se encontrava o Instituto Ponte Nova e o Grace Memorial Hospital, liderado pelo médico Walter Wellcome Wood. Américo Chagas se destaca nos estudos, e com a ajuda do Dr. Wood vai estudar medicina no Rio de Janeiro. Além de ter trabalhado como médico ao lado do Dr. Wood em Wagner, Américo Chagas manteve consultório na cidade, convivendo e atendendo pessoas que participaram dos conflitos armados entre os coronéis locais na região da Chapada Diamantina.

Da sua pena saíram obras que deram conta de recobrir um período histórico definidor dos limites, disputas territoriais e lutas pelo poder na região. A saber: “*Montalvão*”, obra que narra as façanhas do jagunço de mesmo nome, a serviço do chefe Heliodoro de Paula Ribeiro, de Cochó do Malheiro³, povoado do município de Seabra, conta os primeiros conflitos entre coronéis na Chapada Diamantina nos

2. Região onde se concentravam a atividade do garimpo de diamante, correspondendo aos atuais municípios de Mucugê, Andaraí, Lençóis e Palmeiras.

3. Povoado pertencente ao atual município de Seabra. Na época, uma próspera vila cujas principais atividades econômicas eram o comércio e a criação de gado bovino.

princípios da Primeira República. “*O chefe Horácio de Matos*” – obra que narra a vida do lendário coronel que se tornou o principal líder da Chapada Diamantina, Horácio de Matos, sua principal referência como escritor. Com precisão de acontecimentos e datas, Chagas consegue reconstruir em sua narrativa a imagem de um chefe destemido e respeitado no sertão baiano. Em “*Requizado*”, vai compor um quadro com acontecimentos da Chapada Diamantina no período que se segue ao fim da Primeira República. Consegue, dessa forma, dar conta de um largo período da história do Brasil, com o recorte destes acontecimentos locais.

Suas narrativas são construídas a partir de registros e documentos históricos, além de uma tradição de relatos orais daqueles que foram testemunhas oculares de tais acontecimentos, bem como sua própria observação, uma vez que viveu e testemunhou também muito do que narra. O objetivo do presente artigo não é tratar da biografia do autor, apenas pincelar detalhes de sua vida, deixando um espaço para trabalhos futuros que deem conta desta lacuna.

O jagunço na perspectiva da medicina-antropologia de Nina Rodrigues

Em “*O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*”, Lilia Moritz Schwarcz, em discussão sobre os pilares que sustentavam o debate sobre a questão racial no século XIX, apresenta um quadro das grandes escolas deterministas que norteavam o debate e o fazer científico de então, dentre elas, a escola determinista geográfica (Ratzel, Buckle) que entendia o desenvolvimento cultural de uma nação como condicionado pelo meio; e o darwinismo social, que compreendia a mestiçagem como sinônimo de degeneração racial e social (SCHWARCZ, 1993). Segundo a mesma autora, assinalando a perspectiva de Gobineau e de Le Bon, é no cruzamento de raças que o mestiço herda as características mais negativas.



As teorias raciais, assim entendidas como discursos institucionalizadores, mais do que “explicar” as diferenças entre povos e nações, serviam para classificar e justificar a supremacia de povos considerados superiores. Este movimento

transforma-se em projeto teórico de pretensão universal e globalizante. “Naturalizar as diferenças” significou, neste momento, o estabelecimento de correlações rígidas entre características físicas e atributos morais. Em meio a esse projeto grandioso, que pretendia retirar a diversidade humana do reino incerto da cultura para localizá-la na moradia segura da ciência determinista do século XIX, pouco espaço sobrava para o arbítrio do indivíduo. Da biologia surgiram os grandes modelos e a partir das leis da natureza é que se classificavam as diversidades. (SCHWARCZ, 1993, p. 65)

No Brasil, os modelos deterministas foram bem populares, segundo Schwarcz (1993), e além de ter um uso inusitado do original, combinaram-se estes com o evolucionismo e o monogenismo como forma de explicar as diferenças e hierarquias. E com os devidos rearranjos teóricos implementados, não impediu de pensar na inviabilidade de um Brasil mestiço.

Entender o nosso país em sua complexidade racial, e conseqüentemente social, implica levar em consideração a nossa tradição no pensamento social e seus desdobramentos em estudos, formulações e teorias, em que os nossos intelectuais foram, por assim dizer, vistos não como sujeitos isolados e afastados do seu tempo, mas, ligados a instituições em que foram participantes e representantes de toda uma construção intelectual.

Nesses locais de pesquisa é que esses “homens de ciência” encontravam espaços privilegiados para a produção de ideias e teorias, e para seu reconhecimento social. Apesar de diversos em suas características internas, distintos em sua atuação, esses estabelecimentos mostravam-se apropriados para as diferentes interpretações aqui produzidas e dos próprios pensadores que, no mais das vezes, dialogavam entre si, reconhecendo e destacando seus pares. (SCHWARCZ, 1993, p. 65)

Sem sombras de dúvidas foi Nina Rodrigues, médico-antropólogo, professor da Faculdade de Medicina da Bahia, um dos principais intelectuais do final século do XIX e início do XX, que buscou nas diferenças raciais uma explicação para formação da sociedade brasileira e seu conseqüente atraso, comparando-a sempre aos moldes europeus. Foi ele, sobretudo, um grande leitor e tradutor do seu próprio tempo (SCHWARCZ, 2009).

Sua base teórica ancora-se na biologia determinista, advoga, com um ardor sem igual, por uma diferença entre os seres humanos que não é plural e relacional, mas racial e que elimina o suposto da universalidade humana. Para Nina Rodrigues éramos diferentes, e a diferença deveria ser levada a sério, seguindo à risca a linha da criminologia lombrosiana, para a qual a diferença não é sinônimo de pluralismo, mas marca ontológica, porque desenhada pela natureza. Suas teses foram consideradas radicais mesmo em sua época (SCHWARCZ, 2009).

Para Nina Rodrigues, o critério de inferioridade da raça negra, por exemplo, não pode servir de justificativa para a escravidão. Para ele, reproduzindo o discurso científico de sua época, “não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções (RODRIGUES, 2010, p. 12). Assim, as raças estão em processos evolutivos distintos, com estágio desigual de desenvolvimento entre si.

O médico-antropólogo reconheceu a significativa contribuição dos negros ao Brasil, mas, via a raça negra como fator de obstáculo ao progresso do país.

A Raça Negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas as simpatias de que cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade.



ridade como povo. Na trilogia do clima intertropical inóspito aos Brancos, que flagela grande extensão do país; do Negro que quase não se civiliza: do Português rotineiro e improgressista, duas circunstâncias conferem ao segundo saliente preeminência: a mão forte contra o Branco, que lhe empresta o clima tropical, as vastas proporções do mestiçamento que, entregando o país aos Mestiços, acabará privando-o, por largo prazo pelo menos, da direção suprema da Raça Branca. (RODRIGUES, 2010, p. 14)

Todavia, em que pese a presença do negro como fator de atraso do povo brasileiro, Nina Rodrigues via na mestiçagem o grande problema nacional. O mestiço, explicado à luz das teorias raciais do século XIX, era compreendido como elemento de degeneração do povo. Mariza Corrêa (2001) discorreu sobre a equivalência que os termos “raça” e “cultura” tinham para Nina Rodrigues. Segundo a autora, Nina Rodrigues distinguia a área “civilizada” do país das regiões de domínio dos “bárbaros” e quanto mais distante do centro civilizado ele se encontrava, mais perfeitamente os termos raça e cultura se equivaliam. Era comum Nina Rodrigues escrever em publicações estrangeiras sobre casos de loucura e de crimes como consequência direta do meio adverso, bárbaro, distante da civilização, povoado pelo mestiço degenerado (CORRÊA, 2001). E assim, o jagunço por ele é descrito:

O jagunço é um mestiço tão produto no físico (*sic*), que reproduz os caracteres antropológicos combinados das raças de que provém, quando híbrido nas suas manifestações sociais, que representam a fusão quase inviável de civilizações muito desiguais. Pelo lado etnológico, não é jagunço todo e qualquer brasileiro. Representa-o em vigor o mestiço do sertão que soube acomodar as qualidades viris de seus ascendentes selvagens, índios ou negros, às condições sociais de vida livre e de civilização rudimentar dos centros que habita. (RODRIGUES apud CORRÊA, 2001, p. 151)

O jagunço, segundo a descrição de Nina Rodrigues, é o mestiço sertanejo e seu *habitat*, o lugar do atraso moral. É no sertão o ambiente propício para as cren-

ças, superstições e fetichismo. Lugar do anacronismo, representado pelo monarquismo, que na sua evolução social não consegue acatar e se submeter às leis; na política, pela necessidade de um senhor, representado muitas vezes pela figura de um chefe local; na religião, pela necessidade do sacerdote e das imagens como deuses, tudo isso por conta de um desenvolvimento racial incompleto.

Euclides da Cunha e o mestiço retrógrado: o sertanejo é um forte

No clássico “*Os Sertões*”, Euclides da Cunha divide sua obra em três partes: *A Terra*, *O Homem* e *A Luta*. Na segunda parte, que aqui nos interessa, intitulada *O Homem*, vamos encontrar uma descrição ao mesmo tempo intensa e exaustiva sobre o elemento étnico que compõe e povoa o sertão abordado na obra. A região, vale do médio São Francisco, cuja principal atividade econômica foi o regime pastoril, cresceu à revelia da metrópole. Euclides da Cunha dá singular relevo ao Rio São Francisco e seus afluentes para a atividade pastoril e também como unificador étnico.

Vedado nos caminhos diretos e normais à costa, mais curtos porém interrompidos pelos paredões das serras ou trançados pelas matas, o acesso fazia-se pelo S. Francisco. Abrindo aos exploradores duas entradas únicas, à nascente e à foz, levando os homens do Sul ao encontro dos homens do Norte, o grande rio erigia-se desde o princípio com a feição de um unificador étnico, longo traço de união entre as duas sociedades que se não conheciam. (CUNHA, 2006, p. 130)

Foi nesta região, segundo o referido autor, que se formou uma raça idêntica aos mamelucos corajosos nascido em São Paulo. Para Euclides Cunha, os jagunços são colaterais prováveis dos paulistas (também conhecidos por Bandeirantes), assim chamados os aventureiros sertanistas que se espargiram do planalto de Piratininga em busca de pedras preciosas e da captura de nativos para escravização.

O autor de “*Os Sertões*” define o jagunço como o curiboca puro, sem mescla



de sangue africano, conservado (no tempo e no espaço), sem migrações nem cruzamentos. Raça forte e antiga (CUNHA, 2006). Os atuais povoados sertanejos foram formados a partir de velhas aldeias indígenas, o que determinava o isolamento e conservação autóctone. Para Cunha, este isolamento e abandono do sertanejo, consequência da ausência do contato entre o norte com o sul do país, algo que chegou a ser proibido por Carta Régia (7 de fevereiro de 1701), foram benéficos para si. Euclides da Cunha via os sertanejos como um tipo invariável, concentrando para essa raça uma uniformidade étnico-biológica.

De sorte que, hoje, quem atravessa aqueles lugares observa uma uniformidade notável entre os que os povoam: feições e estaturas variando ligeiramente em torno de um modelo único, dando a impressão de um tipo antropológico invariável, logo ao primeiro lance de vistas distinto do mestiço proteiforme do litoral. Porque enquanto este patenteia todos os cambiantes da cor e se erige ainda indefinido, segundo o predomínio variável dos seus agentes formadores, o homem do sertão parece feito por um molde único, revelando quase os mesmos caracteres físicos, a mesma tez, variando brevemente do mameleuco bronzeado ao cafuz trigueiro; cabelo corredio e duro ou levemente ondedo; a mesma envergadura atlética e os mesmos caracteres morais traduzindo-se nas mesmas superstições, nos mesmos vícios, e nas mesmas virtudes. (CUNHA, p. 140-141, 2006)

E, na esteira da concepção das teorias raciais da época, cuja principal influência foi Nina Rodrigues, Euclides da Cunha não via o sertanejo, mestiço do interior, como um degenerado, mas, como um retrógrado. Neste ponto, cabe ressaltar a aproximação desta definição presente em “Os Sertões” com o que defende Roquette-Pinto, outro autor importante nos estudos sobre o pensamento social brasileiro, cujas razões de inferioridade dos tipos nacionais propalada pelos ideários racistas estariam no plano ambiental/social, e não no âmbito biológico/racial (SANTOS, 1998).

Para Ricardo Ventura Santos, reproduzindo a concepção de Roquette-Pinto,

os sertanejos eram “os mais fiéis depositários” da alma brasileira, com “fartas gotas de sangue negro” correndo em suas veias, divergindo assim de Euclides da Cunha sobre a composição étnica do mestiço sertanejo (SANTOS, 1998). Cabe salientar também que, na definição de Euclides da Cunha, os termos “jagunço”, “vaqueiro” e “sertanejo” são correlatos, usando-os quase sempre como sinônimos. Para Euclides da Cunha, o sertanejo

É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. [...]

É o homem permanentemente fatigado.

Reflete a preguiça invencível, a atonia muscular perene, em tudo: na palavra remorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência langorosa das modinhas, na tendência constante à imobilidade e à quietude.

Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude.

Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de improviso. Naquela organização combalida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormecidas. O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe, alta, sobre os ombros possantes aclarada pelo olhar de sassombrado e forte; e corrigem-se-lhe, prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e da figura vulgar do tabaréu canhestro reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias. (CUNHA, 146-147, 2006)

O sertanejo aparenta ser fraco, preguiçoso e desengonçado, mas, as aparências enganam à primeira vista. Este tipo étnico é feito à imagem da natureza que o rodeia e está em constante luta pela sobre-



vivência, num estado quase de selvageria. Assim como o clima e o regime de chuvas apresentam-se inóspitos, oscilando entre a intermitência da seca e os períodos de precipitações, assim é o comportamento do vaqueiro, o sertanejo na atividade pastoril. Apresenta força e agilidade contrastando com longos intervalos de apatia.

Em comparação com o gaúcho, o jagunço é menos teatralmente heroico. É mais tenaz, perigoso, forte, resistente, duro. “Raro assume esta feição romanesca e gloriosa. Procura o adversário com o propósito firme de o destruir, seja como for” (CUNHA, 2006, p. 154). Na sua faina diuturna, na luta contra o adversário o jagunço não se entrega, recua.

Há também na obra “Os Sertões”, o emprego metafórico da palavra “duende” para se referir aos jagunços combatentes de Canudos. Nela, Euclides da Cunha recorre a uma caricatura metafísica para explicar a resistência e a desenvoltura dos canudenses em luta.

O termo duende, aparece em *Os sertões* pelo menos em duas oportunidades, como referência aos antagonistas do exército: “Carrega-se contra os *duendes*” (p. 204, op. cit.) e “O jagunço, brutal e entroncado, diluía-se em *duende* intangível” (p. 288, op. cit.). Ambas as citações estão incluídas em *A luta*, parte reservada a descrição dos embates e confrontos. Chama a atenção o recurso a uma figura mitológica, conforme definição acima, fora da tradição helênica, a qual o autor recorre na maioria das vezes. Queremos ressaltar, nessa definição a relação com o elemento terra, já que duende evoca “forças naturais” e habita cavernas (ou talvez as trincheiras invisíveis, as quais se refere Euclides), além da propensão ao mal dessas criaturas, na perspectiva do exército. Dessa forma, os jagunços se assemelham a seres imprecisos, cuja própria existência é passível de dúvida. Tornam-se, com a assemelhação ao ente mitológico, seres externos ao conhecimento científico e, conseqüentemente, à sociedade letrada. A solução para a integração, segundo o autor, repetimos, só será possível quando o Governo modificar a terra, onde vivem os duendes, dando a estes condições de interferir ativamente no ciclo

estéril do qual fazem parte, e não apenas se adaptar a ele. (SCHÄFER, p. 75, 2001)

De acordo com Schäfer (2001), o que não cabe à racionalidade explicativa do discurso científico – um bando de maltrapilhos enfrentando o exército republicano em pé de igualdade e consagrando vitórias no campo de batalha – só pode ser esboçado recorrendo-se ao apelo sobrenatural. A “civilização” fazia-se necessária para pôr fim ao atraso moral, representada por esta sub-raça (muitas vezes indefinível), a dos jagunços.

O jagunço da Chapada Diamantina na pena de Claudionor Queiroz: um breve parêntese para uma introdução

Assim como Américo Chagas, Claudionor de Oliveira Queiroz também se serviu dos conflitos entre os coronéis da Chapada Diamantina para compor suas narrativas. Na introdução de “*O sertão que eu conheci*”, Queiroz (1998) assim define a figura do jagunço:

Jagunço era todo indivíduo que empunhava uma arma em defesa própria, de seus bens, de sua família, do seu lar, na primeira oportunidade que se lhe oferecia. O jagunço era uma criação dos chefes políticos. Desde a monarquia e depois dela com a república, veio a ser elemento necessário à garantia daqueles chefes, que então se tornavam mais respeitados pela gentalha e mais desejado pelos governantes.

O processo para se fazer um jagunço era, e ainda é, muito simples. Um indivíduo cometia um crime leve; o chefe fazia um bilhete ao delegado de Polícia para reter os autos e o criminoso passava a residir na fazenda do patrão, na vila ou povoado onde o patrão residia. Se o crime era pesado, o patrão dava-lhe assistência, mandando um rábula qualquer fazer-lhe a defesa. Assim, e em sucessivas oportunidades, ia o chefe cercando-se de leais e garantidos amigos. [...]

O jagunço das Lavras, porém, não era mercenário. Recebia o salário correspondente ao serviço útil.

Na ocasião das lutas, ele tomava parte ativa e somente saía das fileiras por covardia, qualidade esta que lhe valia o



repúdio dos companheiros. (QUEIROZ, 1998, p. 7-8)

Não raro, o jagunço que demonstrasse mais bravura e ousadia ascendia ao posto de subchefe, e assim, dentro dessa mobilidade limitada, alguns chegavam ao posto de chefe. Era um poder vertical, mas que, dentro dos limites e possibilidades permitia certa horizontalidade. O jagunço não estava necessariamente fadado ao atavismo político.

Na época da monarquia, quando um Ministério caía, chegava também a hora do *vamos ver quem pode* mais. Cada chefe de aldeia autorizava os protegidos a se armarem, quer para sua defesa, quer para atacar o adversário. O cabra que demonstrasse mais valor, mais coragem, mais astúcia, passava a ser o subchefe.

Foi assim que se tornaram chefes supremos da região: Clementino Pereira de Matos, de Chapada-Velha, Heliodoro de Paula Ribeiro, de Cochó-do-Malheiro, José de Souza Guedes, de Guarani, José Pedreira Lapa, de Mundo Novo, Felisberto de Andrade Sá, de Lençóis, Aurélio de Brito Gondim, de Andaraí, Marcionílio José de Souza, de Maracás, Antônio de Souza Benta, de Morro do Chapéu, Militão Rodrigues Coelho, de Barra do Mendes, Franklin Lins de Albuquerque, de Pilão Arcado, Francisco Leobas, de Remanso, Doca Medrado, de Mucugê, e muitos outros, que seria enfadonho citá-los nominalmente. (QUEIROZ, 1998, p. 7-8)

Nesta relação de suserania e vassalagem *sui generis*, o jagunço serviu à manutenção da ordem do modelo coronelista, muitas vezes alcançando o lugar ao qual serviu tão bem. O mandonismo local, sem o braço armado e executor de ordens representado pela figura do jagunço, não lograria a mesma eficiência.

O jagunço Montalvão: arдил e destemor

Parte da vida e das façanhas do jagunço Montalvão estão registradas nas páginas do opúsculo "*Montalvão*", de Américo Chagas, cuja primeira edição data de 1956. Essa obra recobre uma época importante da história da Chapada Diamantina, no caso, o fim do século XIX e início do XX, quando da mudança do regime monárqui-

co para o republicano começam a estourar os conflitos entre os coronéis e chefes locais pela disputa de poder e território. A região das Lavras Diamantina testemunhou crimes bárbaros e toda sorte de brutalidade em nome das disputas de seus chefes.

A obra em questão é bastante sintética, mas não superficial. Com precisão de acontecimentos e personagens, falha em outras, a exemplo da datação ausente para alguns episódios narrados. No entanto, serve de base aos propósitos do presente trabalho que são os de discutir a construção da figura do jagunço, de Montalvão em particular.

Cabe destacar que, antes de se falar no jagunço típico da Chapada Diamantina, é preciso apresentar um quadro geral destas paragens do sertão baiano. "No sertão pouco povoado, sem escolas e sem vias de comunicação, campeava o analfabetismo. As Lavras estavam cheias de aventureiros de várias origens, sequiosos de riqueza e capazes de todos os crimes" (CHAGAS, 1998, p. 11). Os crimes, planejados e ordenados pelos chefes locais, eram dirigidos aos seus adversários. Para estes, os jagunços, não valeriam as leis então existentes, muito menos qualquer temor pela justiça.

No período em que se passam os episódios narrados em "*Montalvão*", dois chefes locais se destacam, Heliodoro de Paula Ribeiro, chefe de Cochó do Malheiro, e o Coronel Felisberto Augusto de Sá, chefe de Lençóis. Foi a partir dos conflitos entre estes dois chefes que emergiu a figura do jagunço Montalvão.

Natural de Vila de Conceição do Norte, estado de Goiás, Salustiano foi seu nome de batismo. Envolveu-se em vinganças motivadas pelo assassinato do seu padrinho, Joaquim Lino Pereira Póvoa, e sua cabeça foi posta em recompensa. Após cometer uma série de assassinatos, muda seu nome duas vezes para fugir da justiça, primeiro para Francisco de Taturana e depois para José Montalvão. É com esse último que penetra no estado da Bahia, re-



cebendo proteção ora de criminosos, ora de coronéis. Passando Montalvão pelo povoado de Cochó do Malheiro, Heliodoro de Paula Ribeiro se interessa por ele, crismando-o e tornando seu padrinho.

Montalvão era mulato, de cor parda, alto e magro. Tinha rosto oval, olhos castanhos-escuros, cabelo duro e pouca barba. A sua instrução era de primeiras letras, lia jornais, discutia política e tinha prosa agradável. (CHAGAS, 1998, p. 33)

Essa é a única descrição física que consta sobre Montalvão, o seu aspecto étnico-biológico é pouco explorado, mas, por ela, é possível perceber o tipo jagunço que povoava estes sertões. Mesmo vindo de outra região, é o tipo mestiço que forma essa categoria. Montalvão, ao que indica a descrição feita por Américo Chagas, teve instrução primária, algo pouco comum numa região onde “campeava o analfabetismo” no dizer do próprio autor.

As brigas, lutas e façanhas de Montalvão constitui a maior parte da narrativa homônima. Destemidos e audaciosos foram seus envolvimento em confrontos na defesa fiel de seu chefe, Heliodoro de Paula Ribeiro. Cabe acrescentar que:

com o advento da República, Heliodoro, eleito deputado à Constituinte Baiana pelo prestígio de seu pai, Francisco de Paula Ribeiro, chefe de Cochó de Malheiro, tornou-se o vulto de maior projeção no sertão, tendo os municípios de Palmeiras e de Campestre, desmembrados do município de Lençóis. (CHAGAS, p. 21, 1996)

Heliodoro e Felisberto eram, até então, correligionários políticos. Mesmo assim, tal ato que implicou em perda de parcelas de seu território não seria bem recepcionado pelo coronel Felisberto Augusto de Sá, chefe de Lençóis. Contava ainda a favor do Coronel Felisberto o apoio recebido do governador do Estado. Após a chegada de Luís Viana ao governo do Estado, toda proteção lhe foi garantida.

Ascendendo ao poder em 28 de maio de 1896, Luís Viana tinha por objetivo pacificar os sertões e castigar os chefes sertanejos, principalmente Felisberto e Heliodoro, pelos seus desmandos, mas tendo

aquele lhe auxiliado com um forte contingente de jagunços para a campanha de Canudos, a sua vingança voltou-se para Heliodoro. (CHAGAS, 1998, p. 18)

A primeira das façanhas de Montalvão se passa num episódio envolvendo os assassinatos do adjunto de promotor, José Avelino de Sá Vieira (amigo de Heliodoro), do Alferes da Força Pública, Manuel Osório de Almeida e do seu ordenança, Maracás, no recém criado município de Campestre (atual município de Seabra).

A morte de José Avelino, no dia 18 de dezembro de 1892, às vésperas de uma eleição, transformou Campestre em praça de guerra. Para lá se deslocaram Montalvão e um grupo de 18 jagunços. No texto, não há menção à palavra vingança, mas, dadas as circunstâncias e os envolvidos no episódio, provavelmente foi esse o objetivo da presença de Montalvão em Campestre.

Encurralado no quartel com oito praças, o Alferes Manuel Osório de Almeida não teve condições para enfrentar os mais de cem clavinoteiros a serviço de Fabrício. Montalvão e seus jagunços encontravam-se refugiados na igreja.

Entra, então, em cena o vigário Maximiano Febrônio Esmeraldo, que foi utilizado na infame traição. Por ordem de Fabrício, deu plenas garantias a Osório para se retirar com a força e os demais adeptos de Heliodoro para o Cochó do Malheiro, deixando, porém, as armas. (CHAGAS, p. 22, 1998)

Neste confronto, Montalvão e seu grupo, encurralados e em desvantagem numérica, não aceitam uma proposta de rendição, “Replicou-lhe Montalvão: – ‘Eu poderei morrer de armas na mão, mas atirando’” (CHAGAS, p. 22, 1998). Preferiu a fuga da igreja onde estavam alojados e que servia de forte, fazendo valer o que afirma Euclides da Cunha, já citado anteriormente, de que o jagunço não se deixa vencer, estrategicamente recua. Furaram o teto da igreja, fugiram do Campestre sob fogo dos adversários e chegaram ilesos em Cochó do Malheiro.

O assassinato do Alferes Manuel Osório de Almeida foi de uma crueldade



imensa, planejado em Lençóis, a mando de Felisberto de Sá e executado por ordem de Fabrício José de Oliveira, chefe de Campestre e aliado do Coronel Felisberto. Ao deixar a vila sob escolta e garantias dos jagunços de Fabrício, junto ao vigário e um séquito de partidários de Heliodoro, o alferes recebeu uma punhalada, agonizando até o dia seguinte, quando vieram lhe dar um tiro de misericórdia. Era apenas o início dos conflitos entre os chefes locais.

Após uma série de ataques e pilhagens aos seus correligionários e sócios de outros povoados, Heliodoro deixa Cochó do Malheiro e se estabelece em Queimadinhos, região de Mucugê, a fim de resguardar suas propriedades.

Outro embate entre os chefes locais merece relevo. Estando Heliodoro fora de Cochó do Malheiro, estabelece sociedade nos seus negócios com Clementino de Matos, chefe de Chapada Velha. Clementino logo inicia diálogo com Felisberto de Sá e seu aliado, Fabrício José de Oliveira, confirmando seu interesse em não envolver a política com questões comerciais. Conseguiu dos dois chefes a garantia de que nada aconteceria consigo. No entanto, tal promessa foi descumprida e os jagunços de Felisberto de Sá, conhecidos como moçozeiros – Mocós era o nome de um garimpo de Felisberto onde havia um número considerável de garimpeiros armados – sitiaram o Cochó do Malheiro e mais um confronto armado se fez.

Montalvão, com um grupo de 24 aliados, mais vez entra em cena. A pedido de Heliodoro vai de Queimadinhos para o Cochó em socorro a Clementino, que na ocasião só dispunha de seu irmão Inocêncio e mais quatro homens armados. Toda a população masculina do Cochó teve que se somar ao grupo, que à época eram um total de 71 homens, incluindo um menino de 12 anos.

Montalvão decide chegar ao Cochó ao meio dia, pois, acreditava estar lidando com jagunços aventureiros, cujo principal objetivo era saquear o povoado. Escolhe

o horário e o caminho mais improváveis para chegar ao seu destino. “Montalvão era um estrategista de mão cheia. Conhecia a topografia do Cochó e veio por um desfiladeiro que parecia intransponível. Aquele fundo de serra aos olhos dos *moçozeiros* parecia uma barreira natural. Não esperavam nunca que viesse alguém por ali” (CHAGAS, p. 32, 1998). Prossegue em marcha o bando a fim de passar despercebidos pelos inimigos,

[...] seguindo depois na frente do grupo em cordão. Era uma de suas táticas de guerra. Marchar um atrás do outro pelas estradas cobrindo quem vinha atrás os rastros da frente para não dar ideia da passagem de um grupo. (CHAGAS, 1998, p. 32)

Chegam sem serem notados ao campo de batalha, juntaram-se aos resistentes no Cochó do Malheiro, e, organizando o grupo em três colunas, conseguiram expulsar quase quatrocentos jagunços adversários.

Entre outros conflitos e retaliações veio o acordo de paz, que, quebrado mais tarde pelo Coronel Felisberto culminou em nova investida contra Cochó do Malheiro, mais precisamente no ano de 1895. Dessa vez, seus jagunços atearam fogo no povoado, queimando completamente todas as cento e cinquenta casas do lugar. Tal episódio estimulou a mais notável façanha de Montalvão. Morando em Queimadinhos – lugarejo onde residia com seu chefe após as sucessivas investidas de Felisberto contra Heliodoro – o jagunço, passado um ano do incêndio do Cochó de Malheiro, planejou um plano para invadir Lençóis e cobrar vingança a Felisberto de Sá.

Lençóis era um arsenal de guerra onde estavam concentrados centenas de jagunços. Era o quartel-general das Lavras e um plano tal parecia uma loucura que só Montalvão poderia levar a efeito.

Foi então Montalvão escalado para entrar em Lençóis, de surpresa, um ano depois do incêndio do Cochó.

Nessa ocasião o Coronel Felisberto tinha sido eleito senador estadual, para preencher uma vaga, e corria a notícia de que ele iria a Salvador tomar posse. (CHAGAS, 1998, p. 49)



Montalvão e seu grupo, reunindo um total de 45 homens, marcharam para Lençóis. Atravessando rios e matas chegaram à capital das Lavras às 5 horas da manhã, no momento da alvorada de uma festa religiosa em que o barulho dos fogos se confundiam com os disparos efetuados pelo grupo de Montalvão. A casa do Coronel Felisberto já estava aberta, o grupo entrou com o intuito de depredá-la e assassinar o coronel Felisberto, que só escapou pois em sua casa já se encontrava o coronel Douca Medrado, de Mucugê, que conseguiu despistar Montalvão e seu grupo, enquanto o Coronel Felisberto se ocultava. Nesse embate, morre fuzilado o irmão de Douca Medrado que se escondia debaixo da cama. Mesmo perdendo o irmão no ataque, Douca conseguiu manter uma conversa tranquila com Montalvão.

É nesse episódio que Américo Chagas nos apresenta as qualidades do jagunço Montalvão, a calma, a frieza e a tranquilidade de quem vai à guerra com a mesma naturalidade da ida a um passeio pelos campos.

Nesse momento aproximou-se o Cabo Ferraz, acompanhado de um soldado, e perguntou-lhes:

— “Qual dos senhores é Montalvão?”

Respondeu-lhe Montalvão:

— “Sou eu” – e afastando o Coronel Douca com a mão: – “Retire-se que esse homem vai me atirar.”

Numa fração de segundos desviou-se da bala, ouvindo-se em seguida os tiros certeiros da sua *combein*. O cabo tombou ferido por terra, permanecendo imóvel, e o soldado morto. (CHAGAS, 1998, p. 51)

E na passagem a seguir é revelada o estratagema de batalha tão caro a Montalvão, quando não mais garantia a sustentação do confronto, a fuga, o recuo era a tática a ser implementada, sem abrir mão da esperteza em enganar os adversários.

O coronel Douca, admirando a calma de Montalvão que continuou a palestra com a maior naturalidade, observou-lhe que aquilo era uma temeridade, que dentro de poucas horas Lençóis estaria regurgitan-

do de homens armados, e, pediu-lhe que se retirasse. Respondeu-lhe Montalvão:

— “Eu vou me retirar para satisfazê-lo, mas não posso responder pelo Sr. Clementino que já deve estar por ali” – e apontou para o lado dos Botelhos. Era mais uma de suas táticas de guerra. Dentro de poucas horas Lençóis estava meio de jagunços à espera de Clementino, enquanto ele se retirava calmamente pela estrada do Capão. [...] Ainda não tinha subido a serra quando voltou sozinho da ladeira dos Martins para dizer ao Coronel Douca que o que lhe falara sobre Clementino era apenas uma pilhéria. (CHAGAS, 1998, p. 51)

Saiu Montalvão e seu grupo incólumes de Lençóis. Conta-se que essa invasão de Montalvão à cidade ficou celebrizada na época como sua maior façanha e que até as folhinhas de calendário registravam: “17 de maio de 1896 – Entrada de Montalvão em Lençóis” (CHAGAS, 1998, p. 54).

Montalvão foi morto em uma emboscada. Convidado para um jogo em Machado Portela, em nome do Tenente Aceltides José de Lima, ao tomar uma segunda dose de vinho com narcótico cai em sono profundo, ao que é seguido de tiros à queima-roupa. Ainda encontra forças para se levantar e proferir “— não é assim que se mata homem” (CHAGAS, 1998, p. 67). No capítulo em que esse episódio é narrado, Américo Chagas aproveita a oportunidade para caracterizar a personalidade do destemido jagunço, um sujeito que dispunha além da bravura, um código de ética para com os adversários.

Montalvão era um homem invulgar. Possuía a estratégia dos generais e não tinha nada de jagunço. Conduzia a guerra num terreno mais elevado que os adversários. Era cavalheiro, recomendava aos companheiros o respeito a senhoras e velhos e não admitia o saque. Fora da luta era um cidadão tratável, maneiroso, de boa prosa, muito conceituado nas famílias e amigo dos meninos. Mas, na guerra, era o terror dos inimigos. Costumava dizer que gostava de desaparecer por muito tempo e quando ninguém se lembrasse mais dele, aparecer de novo e cair com todo o rigor sobre os inimigos, para que, ao passar por um lugar, ninguém deixasse

de ouvir seu nome sem temor. (CHAGAS, p. 68, 1998)

Em 1926, quando da passagem da Coluna Prestes pela Chapada Diamantina, residindo novamente em Cochó do Malheiro, Heliodoro de Paula Ribeiro hospedou em sua casa o Estado-Maior da Coluna. Aproveitou a oportunidade para mostrar a Luís Carlos Prestes um retrato de Montalvão, ao que falou: “– Capitão Prestes, tenho o prazer de lhe mostrar este retrato. Homem mais corajoso do que esse ainda não nasceu e creio que não haverá de nascer (CHAGAS, p. 71, 1998). Estava consolidada a figura proeminente do sertanejo forte, destemido, ardiloso. Montalvão fez jus a sua condição de jagunço.

Considerações finais

A figura do jagunço na Chapada Diamantina aqui esboçada, serve de parâmetro para relacioná-la à discussão trazida por Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, cuja gênese encontra-se na defesa da miscigenação do elemento branco com o indígena. Montalvão, como apresentado por Chagas, traz o fenótipo do mulato de cor parda, que não destoaria do que preconiza Euclides da Cunha, mas, também pode nos fazer recorrer a Roquette-Pinto que defendia fartas gostas de sangue negro no mestiço sertanejo.

Vencida essa questão de identificação racial, cabe ressaltar o valor dado às ações de bravura, ímpeto e fidelidade do jagunço Montalvão ao seu chefe Heliodoro de Paula Ribeiro apresentada por Américo Chagas na obra em questão. Para ele, a questão racial é quase nula, pois, o que ganha relevo em sua narrativa não é a discussão da mestiçagem, mas, como os mestiços sertanejos – os jagunços, serviram à ordem coronelista que imperou no sertão baiano, mais especificamente no coração do estado, cravado na Serra do Sincorá, e que serviu de matéria para a construção de sua narrativa, misto de pesquisa bibliográfica e relatos do povo da região. Nesta narrativa, ganha revelação as qualidades morais do jagunço: a fidelidade, a

bravura, a abnegação ao seu chefe e as táticas de guerra.

O terceiro capítulo de “*Montalvão*”, intitulado *A sepultura* discorre sobre a última notícia que se teve do afamado jagunço, a exumação de seu cadáver no cemitério de Machado Portela, povoado do atual município de Marcionílio Souza, em princípios do século XX quando o Dr. Plínio Moscoso Filho, médico de Salvador retirou-lhe o crânio para estudos científicos.

Referências

CHAGAS, Américo. *Montalvão*. 2. ed. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo/ EGBA, 1998.

CORRÊA, Mariza. Economia étnica. In: *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e antropologia no Brasil*. 2. ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. p. 133-161.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

OLIVEIRA, Adary. *O turismo na Chapada Diamantina*. Disponível em: <https://acbahia.com.br>. Acesso em: 07 jul. 2021.

QUEIROZ, Claudionor de Oliveira. *O sertão que eu conheci*. 2. ed. Salvador: Assembleia Legislativa, 1998.

RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SCHÄFER, Fábio Maurício. *Imagens e identidades em Os Sertões, de Euclides da Cunha, e Guerra de Canudos, de Sérgio Rezende*. 139 f. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nina Rodrigues: um radical do pessimismo. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 90-103.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 43-66.



SANTOS, Ricardo Ventura. A obra de Euclides da Cunha e os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: Os sertões e a medicina-antropologia do Museu Nacional. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5 supl., jul. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 07 jul. 2021.

-----//-----

Abstract: This paper presents a study about the representation of the jagunço (Gunman) in the work “Montalvão”, by Américo Chagas. It presents brief biographical data of the author and then discusses the concept of jagunço based on the formulations of Nina Rodrigues and Euclides da Cunha, besides relying on the theoretical contribution of Lilia Moritz Schwarcz, Mariza Côrrea and Ricardo Ventura Santos as a way to punctuate these two interpreters of Brazil, in their definitions of the figure of the jagunço. It then discusses the notion of the mestiço sertanejo, commonly presented as the jagunço. It also presents the definition of a jagunço from the Lavras Diamantina brought by Claudionor de Oliveira Queiroz and finally, outlines a profile of the figure of the jagunço Montalvão based on the homonymous narrative by Américo Chagas. This article was based on a bibliographic review of the authors cited.

Key words: Gunman; Countryside; Américo Chagas; Montalvão; Chapada Diamantina.

Recebido em: 10 de setembro de 2021.

Aceito em: 10 de setembro de 2021.